

Diário do Acionista

ANO IX • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Terça-feira, 27 de maio de 2025 • N° 2059 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

ABRIL

Contas externas têm déficit de US\$ 1,3 bilhão

As contas externas de abril de 2025 apresentaram déficit de US\$ 1,3 bilhão. No mesmo mês do ano anterior, o saldo das transações correntes – compras e vendas de mercadorias e serviços, e transferências de renda com

outros países – também estava negativo, em US\$ 1,7 bilhão. Com isso, na comparação interanual com abril de 2024, foi registrada uma variação superavitária de US\$ 352 milhões. De acordo com o Banco Central (BC), hou-

ve recuo no déficit relativo a renda primária (US\$ 550 milhões) e no de serviços (US\$ 98 milhões); bem como aumento do superávit em renda secundária (US\$ 79 milhões). **PÁGINA 2**

Especial

Como seguradoras estão usando IA

PÁGINA 3

FAZENDA

Haddad: Brasil tem 'caixa-preta' de R\$ 800 bi em renúncias fiscais

VALTER CAMPANATO/ABRASIL



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou, ontem, que o Brasil tem uma "caixa-preta" de R\$ 800 bilhões em renúncias fiscais. Haddad participou do evento Nova Indústria Brasil, no Rio de Janeiro. "Ao invés de oferecer uma alíquota média de tributos menor para todo mundo, a gente resolve escolher os campeões nacionais que levam o grosso do Orçamento. Aquele que paga imposto fica prejudicado por aquele que fez

do lobby a sua profissão de fé", disse. Haddad afirmou ainda que a reforma tributária, aprovada recentemente no Congresso Nacional, terá efeitos extraordinários sobre o ambiente de negócios no país. "Começando pelo fato de que a desoneração do investimento vai ser de 100%, a desoneração da exportação vai ser de 100%, a guerra fiscal vai acabar entre os estados, inclusive a guerra fiscal dos estados com a União". **PÁGINA 3**

SÃO PAULO

Após morte, Justiça volta a suspender mototáxis

A Justiça de São Paulo determinou uma nova suspensão dos serviços de mototáxi na cidade prestados pelas plataformas de aplicativos 99 Tecnologia e Uber. A decisão acontece dois dias após um acidente que resultou na morte de uma passageira do serviço, na avenida Tiradentes, no centro de São Paulo. Na decisão, proferida ontem, o desembargador e relator Eduardo Gouvêa determina também a aplicação de uma multa diária de R\$ 30 mil em caso de desobediência. Em nota, a 99 Tecnologia afirmou que suspenderá temporariamente o serviço do 99Moto na cidade de São Paulo em respeito à decisão que determinou a interrupção da atividade. "A 99 ressalta a urgência do debate sobre a inconstitucionalidade do decreto de proibição que precisa ser definitivamente decidido pelo Tribunal de Justiça e segue adotando todas as medidas legais para assegurar os direitos da empresa, de seus usuários e motociclistas parceiros em São Paulo", diz o comunicado da empresa. **PÁGINA 4**

INQUÉRITO

ZECA RIBEIRO/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Eduardo será investigado por tramar nos EUA contra o STF

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), atendeu ao pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) e autorizou a abertura de um inquérito para investigar o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) pela atuação nos Estados Unidos contra autoridades brasileiras. A PGR atribuiu ao deputado uma campanha de intimidação e perseguição contra integrantes do Supremo Tribunal Federal, da Procuradoria-Geral da República e da Polícia Federal envolvidos em investigações e processos contra bolsonaristas. Além da instauração do inquérito, Moraes já autorizou as primeiras medidas da investigação: o monitoramento e a preservação das publicações de Eduardo Bolsonaro nas redes sociais e os depoimentos do deputado e de Jair Bolsonaro. **PÁGINA 5**

ISP

Roubo de veículos cai 24% em abril no Rio

PÁGINA 6

INDICADORES

IBOVESPA 0,23% / 138.136,14 / 311,85 / Volume: 10.969.074.595 / Negócios: 2.432.993				Bolsas no mundo		Salário mínimo		IGP-M		EURO turismo						
Mais Negociados				Majores Altas		Majores Baixas		Fechamento		Compra: 6,5464 Venda: 6,7264						
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.								
AZUL PN N2	1,09	+4,81	+0,05	REVEE ON NM	70,000	+16,86	+10,100	MONT ARANHA ON EDJ	169,0	-17,13	-34,94	CDI	0,24%	(abr.)		
INFRACOMM ON NM	0,080	+14,29	+0,010	INFRACOMM ON NM	0,080	+14,29	+0,010	GENERALSHOPPON	5,21	-14,87	-0,91	IPCA	0,43%	(abr.)		
HAPVIDA ON NM	2,83	-0,35	-0,01	LOPES BRASILON NM	1,75	+9,37	+0,15	AGROGALAXY ON NM	7,320	-13,88	-1,180	Taxa Selic	14,75%	(07/05)		
COGNA ON ON NM	2,85	-1,72	-0,05	LIGHT S/A ON NM	6,80	+8,63	+0,54	ELETPROP ON	36,01	-9,88	-3,95	TR	0,1693%	(27/05)		
RAIZEN PN N2	1,970	-7,94	-0,170	METISA ON	75,50	+8,48	+5,90	Euronext 100	1.587,43	+1,15		Ouro				
								CELGPON ON	22,90	-8,40	-2,10	BM&F/grama/RJ	R\$ 615,55			
												EURO Comercial				
												Poupança	0,6701%	(27/05)		
													Compra: 6,4598	Venda: 6,4604		
															Compra: 5,7123	Venda: 5,8923

MERCADOS



Com feriado em NY, Bovespa sobe 0,23%, a 138,1 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Sem a referência de Nova York no feriado do Memorial Day, e à espera de uma agenda carregada na semana, com leituras sobre a inflação e o Produto Interno Bruto (PIB), nos Estados Unidos e no Brasil, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) teve uma segunda-feira comportada, em que oscilou cerca de mil pontos entre a mínima (137.794,97) e a máxima (138.799,68) da sessão. Ao fim, marcava leve alta de 0,23%, aos 138.136,14 pontos, bem distante dos ganhos observados na Europa. Por lá, os principais mercados encerraram em forte alta após o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, adiar a imposição de tarifas de 50% sobre produtos da União Europeia, de junho para julho.

Assim como nos mercados europeus, o volume de negócios na B3 foi enfraquecido pelo feriado nos Estados Unidos: o giro foi de apenas R\$ 10,9 bilhões nesta abertura de semana. Em maio, o Ibovespa (Índice Bovespa) acumula alta de 2,27% e, no ano, avança 14,84%.

A progressão do Ibovespa foi contida ontem pelo desempenho da principal ação da carteira, Vale ON, que cedeu

0,57%. O dia foi misto para as cotações do petróleo e também para as ações de Petróbras (ON +0,03%, PN -0,32%).

Por outro lado, o dia foi em geral positivo para as ações dos maiores bancos, com destaque para recuperação parcial em BB ON (+1,02%), que acumulou perdas desde o anúncio do balanço do primeiro trimestre, e ainda cedeu quase 15% no mês. Na ponta ganhadora do Ibovespa na sessão, destaque para Assaí (+5,97%), Azul (+4,81%) e Braskem (+4,15%). No lado oposto, Raizen (-7,94%) JBS (-3,63%) e Petz (-3,13%).

DÓLAR

O dólar apresentou alta moderada ontem, dia marcado por liquidez bem reduzida, com ausência de negócios nos mercados americanos, fechados em razão do feriado de Memorial Day nos Estados Unidos.

Com máxima a R\$ 5,6755, à tarde, o dólar à vista fechou em alta de 0,51%, cotado a R\$ 5,6757, praticamente zerando as perdas em maio (-0,02%). No ano, a moeda norte-americana acumula desvalorização de 8,16% em relação ao real, que apresenta o melhor desempenho entre as divisas latino americanas.

ABRIL

Contas externas têm saldo negativo de US\$ 1,3 bilhão

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

As contas externas de abril de 2025 apresentaram déficit de US\$ 1,3 bilhão. No mesmo mês do ano anterior, o saldo das transações correntes - compras e vendas de mercadorias e serviços, e transferências de renda com outros países - também estava negativo, em US\$ 1,7 bilhão.

Com isso, na comparação interanual com abril de 2024, foi registrada uma variação superavitária de US\$ 352 milhões.

De acordo com o Banco Central (BC), houve recuo no déficit relativo a renda primária (US\$ 550 milhões) e no de serviços (US\$ 98 milhões); bem como aumento do superávit em renda secundária (US\$ 79 milhões).

Tendo como recorte os 12 meses encerrados em abril, o déficit em transações correntes ficou em US\$ 68,5 bilhões, valor que corresponde a 3,22% do Produto Interno Bruto - PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país.

Em março, o déficit estava em US\$ 68,9 bilhões (3,23% do PIB). Em abril de 2024, ele estava em

US\$ 26,7 bilhões (1,18% do PIB).

BALANÇA COMERCIAL

No caso da balança comercial de bens, o resultado apresentado em abril foi superavitário em US\$ 7,4 bilhões, frente a US\$ 7,8 bilhões registrados no mesmo mês de 2024.

"As exportações de bens totalizaram US\$ 30,6 bilhões, mantendo-se no patamar de abril do ano anterior, enquanto as importações de bens aumentaram 1,5%, somando US\$ 23,2 bilhões", informou o BC.

Já o resultado na conta de serviços foi deficitário, totalizando US\$ 4,2 bilhões em abril de 2025, o que corresponde a uma redução de US\$ 98 milhões, na comparação com igual mês de 2024.

"Nessa base de comparação, aumentaram as despesas líquidas de serviços de transporte, 8,2%, totalizando US\$ 1,2 bilhão; de propriedade intelectual, 18,0%, totalizando US\$ 1,1 bilhão; de aluguel de equipamentos, 13,6%, totalizando US\$ 973 milhões; e de telecomunicação, computação e informações, 30,9%, acumulando US\$ 666 mi-

lhões", detalhou o BC.

RENDA PRIMÁRIA

Segundo a autoridade monetária, o déficit em renda primária somou US\$ 5 bilhões em abril, resultado que representa uma redução interanual de 9,9%.

Despesas líquidas de lucros e dividendos associadas a investimentos direto e em carteira, totalizaram US\$ 3,3 bilhões. Em abril de 2024, o valor estava maior, totalizando US\$ 3,7 bilhões.

Já as despesas líquidas com juros ficaram em US\$ 1,7 bilhão, resultado 9,4% inferior ao registrado em abril de 2024 (US\$ 1,8 bilhão).

INVESTIMENTOS DIRETOS

Os investimentos diretos no país (IDP) totalizaram US\$ 5,5 bilhões em abril (ingressos líquidos) no mês. Em abril de 2024, essa entrada de recursos estava em US\$ 3,9 bilhões.

"Houve ingressos líquidos de US\$ 6,6 bilhões em participação no capital e saída líquida de US\$ 1,1 bilhão em operações intercompanhia. O IDP acumulado em 12 meses totalizou US\$

69,8 bilhões (3,29% do PIB) em abril de 2025, ante US\$ 68,2 bilhões (3,19% do PIB) em março de 2025 e US\$ 63,2 bilhões (2,80% do PIB) em abril de 2024", detalhou a autoridade monetária.

Já os investimentos em carteira no país somaram ingressos líquidos de US\$ 509 milhões no mês passado. Os investimentos em ações e fundos de investimento no mercado doméstico acumularam saída líquida de US\$ 1,4 bilhão, enquanto os investimentos em títulos no mercado doméstico registraram ingresso líquido de US\$ 2 bilhões.

No acumulado de 12 meses (encerrados em abril), os investimentos em carteira no mercado doméstico tiveram ingressos líquidos de US\$ 1 bilhão.

O estoque de reservas internacionais atingiu US\$ 340,8 bilhões em abril, o que corresponde a um aumento de US\$ 4,6 bilhões na comparação com março de 2025. "Contribuíram para aumentar o estoque de reservas as variações por paridades, US\$ 3,1 bilhões, por preços, US\$ 596 milhões, e as receitas de juros, US\$ 741 milhões", justificou o BC.

CÂMARA

Motta vai discutir com líderes projeto para barrar decreto do IOF

PEPITA ORTEGA/AE

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) (foto), indicou que vai levar para discussão, na reunião de líderes da Casa, o projeto de decreto legislativo que pede a suspensão do decreto do governo Lula que aumenta o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Horas depois de tal medida ser anunciada pelo Executivo na quinta-feira passada, houve um recuo parcial do Ministério da Fazenda.

A intenção de Motta de levar o tema para debate com líderes foi divulgada pelo jornal O Globo e confirmada pelo Grupo Estado. O colégio de líderes da Câmara se reúne as quintas, pela manhã, para definir as pautas da Casa.

No centro da questão está o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) assinado pelos deputados Marcel van Hattem (Novo-RS), Adriana Ventura (Novo-SP), Gilson Marques (Novo-SC), Luiz Lima (Novo-RJ) e Ricardo Salles (Novo-SP). Os parlamentares sustentam que o decreto do governo Lula foi feito com "finalidade meramente arrecadatória e em desacordo com os princípios constitucionais".

"A mudança promovida pelo Executivo se revela desprovida de fundamentação técnica, servindo exclusivamente ao ajuste fiscal momentâneo em afronta direta ao texto constitucional e ao espírito do Código Tributário Nacional", registra o PDL. "O brasileiro

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ABRASIL



não suporta mais aumento de impostos", completam os parlamentares na justificativa do texto apresentado na sexta-feira passada.

O documento sustenta que o decreto que aumenta o IOF "sem motivação extrafiscal, extrapola o poder regulamentar do Poder Executivo, invade competência privativa do Congresso Nacional e viola os princípios da anterioridade e da noventena tributária".

Na visão dos parlamentares, o aumento do IOF "onera operações de crédito essenciais ao desenvolvimento produtivo, eleva o custo de seguros e eleva o custo de remessas cambiais, prejudicando a competitividade do Brasil e a segurança jurídica".

NA MESA

Para CNI, Brasil agora tem uma política industrial consistente

RENAN MONTEIRO E LAVÍNIA KAUCZ/AE

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban, afirmou ontem, que o setor "voltou a ser servido na mesa", em referência à política industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). "Neste governo voltamos a ter uma política indus-

trial, com o vice-presidente comandando", declarou. "Desde a época dos militares ditadura não tínhamos política industrial consistente e duradoura", acrescentou Alban.

Alban voltou a comentar também sobre a redução da jornada de trabalho. Ele disse que a eventual queda para 40 horas semanais levaria ao aumento potencial de R\$ 88 bilhões em custos, por ano, para o setor in-

dustrial e a com R\$ 260 bilhões por ano para todos os setores da economia.

"Sem aumento significativo na produtividade não é possível pensar em redução da jornada de trabalho. Pensar nisso em um momento em que temos pleno emprego no país é ainda mais preocupante", declarou ele, no Dia da Indústria, evento que reúne empresários, representantes de entidades

do setor industrial e do poder público.

A ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, já afirmou que o debate sobre o fim da escala 6x1 será encaminhado junto às comissões pertinentes no Congresso e declarou que a discussão envolve "a sociedade e todos os setores abrangidos pelo tema". A declaração pública da ministra foi no início do mês de maio.

Alban sugere que reforma do setor elétrico não resolve problema da energia cara no País

RENAN MONTEIRO E LAVÍNIA KAUCZ/AE

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban, sugeriu ontem, que a medida provisória com a reforma do setor elétrico não resolve o problema do custo de energia elétrica para consumidores brasileiros, embora o texto tenha pon-

tos positivos, segundo ele, como os benefícios para pequenos consumidores e a maior abertura do chamado mercado livre.

"Energia é fundamental. Como é que podemos onerar ainda mais uma das principais molas propulsoras do desenvolvimento?", declarou Alban, referindo-se, de forma geral, aos subsídios pagos pela tarifa dos consumi-

dores. "Vamos sentar e discutir reforma do setor elétrico", declarou.

Em outro tema, ele comentou que o país está caminhando para um cenário em que não haverá superávit primário "suficiente para resolver déficit nominal", ao defender o equilíbrio nas contas públicas sem onerar o setor produtivo. "Temos que encarar de frente a questão dos gas-

tos públicos", disse.

"Temos que encarar a questão dos gastos públicos, da segurança jurídica, temos que abordar com responsabilidade a taxa de juros abusiva que corrói a economia", frisou.

Alban participou do "Dia da Indústria", evento que reúne empresários, representantes de entidades do setor industrial e do poder público.

RECEITA

Cerca de 10 milhões ainda não declararam IR

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A quatro dias do fim do prazo, cerca de 10 milhões de contribuintes ainda não acertaram as contas com o Leão. Até as 18h desta segunda-feira, 32.581.999 contribuintes enviaram a Declaração Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) à Receita Federal.

O número equivale a 76,48% do total esperado para este ano.

Segundo a Receita Federal, 61,5% das declarações entregues até agora terão direito a receber restituição, enquanto 20,6% terão que pagar Imposto de Renda e 17,8% não têm imposto a pagar nem a receber. A maioria dos documentos foi preenchida a partir

do programa de computador (83,5%), mas 11,1% dos contribuintes recorrem ao preenchimento online, que deixa o rascunho da declaração salvo nos computadores do Fisco (nuvem da Receita), e 5,4% declaram pelo aplicativo Meu Imposto de Renda para smartphones e tablets.

Um total de 48,9% dos contri-

buintes que entregaram o documento à Receita Federal usaram a declaração pré-preenchida, por meio da qual o declarante baixa uma versão preliminar do documento, bastando confirmar as informações ou retificar os dados. A opção de desconto simplificado representa 56,2% dos envios.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO
NACIONAL
DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

HADDAD

Brasil tem 'caixa-preta' de R\$ 800 bi em renúncias fiscais

VITOR ABDALA/ABRASIL

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou, ontem, que o Brasil tem uma "caixa-preta" de R\$ 800 bilhões em renúncias fiscais. Haddad participou do evento Nova Indústria Brasil, no Rio de Janeiro.

"Ao invés de oferecer uma alíquota média de tributos menor para todo mundo, a gente resol-

ve escolher os campeões nacionais que levam o grosso do Orçamento. Aquele que paga imposto fica prejudicado por aquele que fez do lobby a sua profissão de fé", disse.

O ministro afirmou ainda que a reforma tributária, aprovada recentemente no Congresso Nacional, terá efeitos extraordinários sobre o ambiente de negócios no país.

"Começando pelo fato de que

a desoneração do investimento vai ser de 100%, a desoneração da exportação vai ser de 100%, a guerra fiscal vai acabar entre os estados, inclusive a guerra fiscal dos estados com a União também vai acabar, em benefício do bom empresário".

Em seu discurso, Haddad afirmou que a carga tributária do país hoje é menor que há dez anos. "Temos desafios a enfrentar, sobretudo em relação ao

equilíbrio orçamentário", disse o ministro, ressaltando que o atual governo federal assumiu, em 2023, com um déficit primário estrutural de 2%.

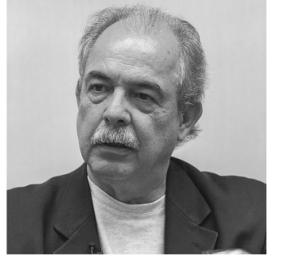
"Com apoio de parte do Congresso, estamos conseguindo avançar no sentido de estabilizar o Orçamento e criar as condições macroeconômicas para a indústria voltar a se desenvolver", afirmou Haddad.

MERCADANTE

Presidente do BNDES propõe taxar bets para aumentar arrecadação

VITOR ABDALA/ABRASIL

ANTONIO CRUZ/ABRASIL



O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante (foto), defendeu ontem, o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), anunciado recentemente pelo governo federal. Em evento sobre a indústria brasileira, Mercadante reagiu às críticas feitas por setores como o empresarial, dizendo que é preciso apresentar alternativas e não apenas criticar medidas.

No discurso, Mercadante afirmou que uma das alternativas seria aumentar os impostos sobre as apostas esportivas, as chamadas bets.

"O ministro (da Fazenda, Fernando) Haddad tem que entregar o orçamento fiscal. É a responsabilidade dele. Então, tem que dizer qual é a alternativa. Eu já faço uma sugestão pública aqui: vamos aumentar os impostos das bets, que estão corroendo as finanças populares. A gente poderia, com isso, diminuir, por exemplo, o impacto do IOF e criar alternativa", disse.

Em entrevista à imprensa, depois do evento, Mercadante explicou que o aumento da IOF, juntamente com a estabilização do dólar, para que o Banco Central faça uma redução "segura, progressiva e sustentável" da taxa básica de juros, a Selic.

Na última quinta-feira, o governo federal anunciou mudanças nas alíquotas de IOF, entre elas o aumento do imposto sobre crédito para empresas, de 1,88% para 3,95% ao ano. Algumas das medidas anunciadas, foram posteriormente revistas pelo governo, como a decisão

de aumentar de 1,1% para 3,5% a alíquota sobre a compra de moeda em espécie e remessa para conta de contribuinte brasileiro no exterior.

Em entrevista nesta segunda-feira, no mesmo evento de Mercadante, Haddad afirmou que o governo definirá até o fim desta semana formas de compensar os recuos sobre o aumento de algumas alíquotas do IOF.

"Temos até o final da semana para decidir como vamos compensar, se é com mais contingenciamento ou com alguma substituição", disse Haddad.

Sobre as críticas em relação ao aumento do custo do crédito devido à alta do IOF, Haddad disse que a elevação da taxa básica de juros também "aumenta o custo do crédito e nem por isso os empresários deixam de compreender a necessidade da medida". Ele também fez uma comparação com o governo anterior, dizendo que as alíquotas, naquele momento, eram ainda maiores.

"Queremos resolver isso o quanto antes, o fiscal e o monetário para voltar a patamares adequados tanto de tributação quanto de taxa de juros para o país continuar crescendo", disse Haddad, ao deixar o evento, no BNDES.

INVESTIMENTO

Magda diz que Petrobras contratará 48 embarcações com conteúdo nacional

CRISTINA ÍNDIO DO BRASIL/ABRASIL

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, detalhou ontem que a estatal vai contratar 48 embarcações que terão conteúdo nacional na fabricação. Para isso, a companhia vai investir R\$ 118 bilhões nas contratações, que devem gerar 180 mil postos de trabalho. As informações foram divulgadas ao participar do painel "Iniciativas do Setor Produtivo e Transição Verde", no Fórum Nova Indústria Brasil, promovido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), na sede da instituição, no centro do Rio de Janeiro.

"Estamos falando em um investimento no Brasil de R\$ 118 bilhões no âmbito dessas 48 embarcações. Estamos falando tam-

bém em 180 mil postos de trabalho novos gerados com estes investimentos. Não estou falando em empregos, estou falando em postos de trabalho. Não estou falando de investimento total, estou falando de investimento no Brasil. São 18 bilhões no Brasil para estas 48 embarcações e 180 mil postos de trabalho. Embarcações que serão contratadas, ou terão seus editais lançados até 31 de dezembro de 2026".

COMBUSTÍVEIS

Magda Chambriard disse também que a empresa acompanha a movimentação do mercado internacional e que, se houver queda de preço do petróleo, não descarta a redução dos valores de combustíveis no Brasil. De acordo com Magda Chambriard, o acompanhamento é uma cons-

tante na companhia e realizado a cada 15 dias. Nesse processo, a empresa busca eliminar a volatilidade do mercado.

"A gente tem visto os preços do petróleo caírem, e o real se valorizar. Por óbvio, acompanhamos também o market share (participação no mercado) dos nossos produtos. Tanto a gasolina quanto o diesel estão abaixo do preço da paridade internacional, então, por enquanto, estamos acompanhando. E, se cair mais o preço do petróleo, de certo, vamos reduzir os preços dos combustíveis", disse em entrevista a jornalistas depois do painel no BNDES.

"Não estou falando só da gasolina, não. Estou falando da gasolina, do diesel, do QAV (querosene de aviação), do GLP (gás de cozinha). O que nós fazemos é um acompanhamento constante. Te-

nho dito isso. Nesse momento, estamos confortáveis com o preço da gasolina e do diesel, o que não quer dizer que não vamos seguir acompanhando e verificando as tendências de aumento e de diminuição e o fornecimento dos nossos produtos em todas as refinarias brasileiras", completou.

QUEROSENE DE AVIAÇÃO

A executiva da Petrobras explicou que o único combustível que a empresa reajusta todo mês é o querosene de aviação. "É uma questão contratual. Não fiz a conta ainda, mas se o preço do Brent [petróleo vendido no mercado internacional] baixou e se o câmbio se valorizou, tem tudo para ser reajustado. Não fiz essa conta ainda", apontou sem revelar o tipo de movimento que haveria no reajuste.

Especial

Como seguradoras estão usando IA e marketing digital para conquistar novos públicos

POR BÁRBARA SOUZA

O setor de seguros vive uma transformação digital acelerada, com empresas adotando inteligência artificial e automação para personalizar campanhas e melhorar a experiência do cliente. Segundo pesquisa da McKinsey, 85% das seguradoras globais já utilizam IA em pelo menos uma área de negócios, com o marketing digital sendo uma das principais aplicações.

De acordo com Rodrigo Palo, Gerente de Marketing da Sinaf Seguros, as ferramentas de inteligência artificial estão revolucionando a forma como as seguradoras se comunicam com seus clientes. "Neste momento estamos utilizando muito as ferramentas de IA que já vêm embutidas nas ferramentas de CRM, Automação de Marketing, BI e nas plataformas de Mídia Digital (Google, Meta, TikTok, etc.)", explica.

De acordo com dados da Gartner, o mercado de IA para marketing deve crescer 25% ao ano até 2025, impulsionado justamente pela necessidade de segmentação precisa. "Essas ferramentas permitem criar versões de campanhas e anúncios segmentados e mais eficazes para atingir públicos específicos", complementa Rodrigo.

Além da segmentação, a geração automatizada de conteúdo ganha espaço. "As ferramentas de criação de conteúdo já conseguem gerar textos, imagens e vídeos que apoiam a criação de parte das campanhas em todas as etapas do funil". Um estudo da Salesforce revela que 62% das empresas de serviços financeiros já usam IA generativa para produção de conteúdo.

Conquistando Millennials e Geração Z: o mix digital e off-line

Segundo Rodrigo, atrair o público jovem exige estratégias específicas. "As novas gerações não podem ser impactadas sem o uso das redes sociais, mas também é necessário adaptar a linguagem e os produtos de seguros", afirma o especialista.

Dados da Kantar mostram que 78% da Geração Z prefere marcas com presença no Tik-



PEXELS

Tok e Instagram. Porém, o entrevistado alerta: "Não é possível construir uma marca forte somente com marketing digital. Grandes marcas que nasceram no digital também usam mídia off-line de forma integrada".

O relatório "Future of Marketing" da Deloitte confirma essa tendência: 73% das campanhas bem-sucedidas para jovens em 2023 combinaram digital (redes sociais, influencers) com ações off-line (eventos, OOH).

LGPD: o desafio da privacidade sem perder eficiência

Com a implementação da LGPD, o uso de dados tornou-se mais complexo. "O cuidado em escolher parceiros em compliance com a LGPD é fator de muita atenção", destaca o entrevistado.

Segundo o Data Privacy Brasil, 42% das empresas tiveram que reformular suas estratégias de marketing após a lei. O especialista explica: "É fundamental garantir a anonimização dos dados de prospects que deixam informações em chats e formulários".

Apesar dos desafios, a ABES (Associação Brasileira das Empresas de Software) projeta que o mercado de martech - empresas que unem marketing e tecnologia - no Brasil, crescerá 28% em 2024, impulsionado justamente por soluções que conciliam performance e privacidade.

O futuro do marketing no setor de seguros

A análise mostra que as seguradoras estão em um momento de equilíbrio delicado:

- Uso intensivo de IA para personalização
 - Combinação estratégica de canais digitais e tradicionais
 - Adaptação contínua às regulamentações de privacidade
- Como conclui o Gerente de Marketing, "O mix de canais está mais complexo e segmentado, mas quando bem executado, traz resultados significativos". Com investimentos em tecnologia chegando a R\$ 3,2 bilhões no setor em 2023 (FenSeg), a transformação digital das seguradoras brasileiras parece estar apenas começando.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ: 41.811.375/0001-19 - NIRE: 353.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 21ª (VIGÉSIMA PRIMEIRA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI" e "Titulares dos CRI", respectivamente) da 21ª (vigésima primeira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários, em série única, da Canal Companhia de Securitização ("Emissora"), nos termos da Cláusula 11 do "Termo De Securitização De Créditos Imobiliários Para Emissão De Certificados De Recebíveis Imobiliários Da Série Única Da 21ª Emissão Da Canal Companhia De Securitização, Lastreados Em Créditos Imobiliários Devidos Pela Tocantins Energias Renováveis S.A." conforme aditado ("Termo De Securitização"), celebrado com a OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade por ações com filial situada na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 11º andar, conjuntos 1101 e 1102, Torre Norte, Centro Empresarial Nações Unidas (CENU), Brooklin, CEP 04.578-910, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), a se reunirem em 16 de junho de 2025, às 17:00 horas, em 1ª (primeira) convocação, de modo exclusivamente digital, conforme abaixo mencionado ("Asssembleia Geral"), para examinares, discutires e deliberares sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (i) Aprovar a constituição de uma nova garantia nos CRI, consistente em Fiança outorgada pela Usina Solar RZK 52 SPE Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 52.806.706/0001-49, na qualidade de controladora integral da TOCANTINS ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., com a consequente inclusão da referida sociedade no rol de Fiaadoras, conforme definido no Termo de Securitização; (ii) Aprovar a concessão de waiver, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado, conforme previsto na Cláusula 6.1.3, item "xxiv" do Instrumento Particular Da 1ª (Primeira) Emissão De Notas Comerciais Escrituras, Com Garantia Real, Com Garantia Fiduciária Adicional, Em Série Única, Para Colocação Privada, Da Tocantins Energias Renováveis S.A. ("Notas Comerciais"), em razão da alteração do controle acionário da Fiaadora RZK Energia S.A., decorrente de sua aquisição pela Pontal 2 Geração de Energia e Participações Ltda.; (iii) Aprovar a concessão de waiver, a fim de não configurar um Evento Vencimento Antecipado, conforme previsto na Cláusula 6.1.3, item "vi" das Notas Comerciais, em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária de enviar as demonstrações financeiras auditadas referente ao exercício social de 2024 dentro de, no máximo, 90 dias após o término do exercício social, de acordo com a Cláusula 7.1.1, item "f" subitem "a" (iv) Aprovar a concessão de waiver, a fim de não configurar um Evento Vencimento Antecipado, conforme previsto na Cláusula 6.1.3, das Notas Comerciais, em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária de enviar o ICSD referente ao 4º trimestre de 2024 e o ICSD referente ao 1º trimestre de 2025 até o 15º dia dos meses de abril e maio de 2025 (respectivamente), de acordo com a Cláusula 5.4.1.1, aditada em "Asssembleia Geral De Titulares Dos Certificados De Recebíveis Imobiliários" em 28 de maio de 2024; (v) Aprovar o pagamento da Amortização Extraordinária Obrigatória, referente ao 4º trimestre de 2024 e ao 1º trimestre de 2025 na data de pagamento da Nota Comercial no mês de junho de 2025; (vi) Caso aprovado o item (i) acima, aprovar a concessão de prazo adicional de 15 (quinze) dias, contados da data de conclusão das assinaturas desta ata, para a Devedora realizar a entrega das demonstrações financeiras e dos ICSDs supracitados; à Securitizadora e ao Agente Fiduciário. Ressalta-se que o cálculo dos Covenants Financeiros (conforme definido no Termo de Securitização), apurado pela Devedora, somente será verificado e validado pela Securitizadora após o recebimento e análise das referidas demonstrações financeiras auditadas; (vii) Aprovar autorização para que, no prazo de até 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da data de assinatura da presente ata, a Devedora possa, a seu exclusivo critério, realizar uma amortização extraordinária no montante de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), mediante aporte da Devedora a ser efetuado em até 2 (dois) dias úteis da data pretendida para a amortização. Caso seja efetivada a amortização, a Securitizadora deverá emitir o termo de liberação do imóvel vinculado à matrícula nº 9.770, alienado fiduciariamente em favor da Securitizadora, nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de bem imóvel em Garantia e Outras Avenças ("Alienação Fiduciária"); e (viii) A autorização para que a Securitizadora e o Agente Fiduciário possam praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas na ata. **INSTRUÇÕES GERAIS:** A participação à votação na Assembleia Geral será realizada à distância por videoconferência via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), conforme em vigor. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no correio eletrônico: af.assembleias@oliveiratrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Geral. A Instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRI ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com uma antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou contrato ou estatuto social que comprovem os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Geral por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do Art. 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRI presentes na Assembleia Geral serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Geral, na plataforma Microsoft Teams. Adicionalmente, os Titulares de CRI que pretenderem participar da Assembleia Geral deverão enviar os seguintes documentos até 2 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia Geral: (i) quando pessoa física: documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia dos dados societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRI; e (iii) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral, obedecidas as condições legais. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Geral, o instrumento de mandato pode, a critério do Titular de CRI, ser encaminhado para o correio eletrônico do Agente Fiduciário (af.assembleias@oliveiratrust.com.br) e da Securitizadora (juridico@canalsecuritizadora.com.br). Os termos utilizados neste edital de convocação, iniciados em letras maiúsculas, que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais documentos da operação. São Paulo, 27 de maio de 2025. Atenciosamente, **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, Nathalia Machado Loureiro - Diretora de Securitização

POLÊMICA

Após morte de jovem, Justiça volta a suspender mototáxis

A Justiça de São Paulo determinou uma nova suspensão dos serviços de mototáxi na cidade prestados pelas plataformas de aplicativos 99 Tecnologia e Uber. A decisão aconteceu dois dias após um acidente que resultou na morte de uma passageira do serviço, na avenida Tiradentes, no centro de São Paulo.

Na decisão, proferida ontem, o desembargador e relator Eduardo Gouvêa determinou também a aplicação de uma multa diária de R\$ 30 mil em caso de desobediência.

Em nota, a 99 Tecnologia afirmou que suspenderá temporariamente o serviço do 99Moto na cidade de São Paulo em respeito à decisão que determinou a interrupção da atividade.

"A 99 ressalta a urgência do debate sobre a inconstitucionalidade do decreto de proibição que precisa ser definitivamente decidido pelo Tribunal de Justiça e segue adotando todas as medidas legais para assegurar os direitos da empresa, de seus usuários e motociclistas parceiros em São Paulo, mantendo o

compromisso de já promover mais de 1 milhão de corridas à população paulistana", diz o comunicado da empresa.

A Uber também informou que suspenderá temporariamente o funcionamento de Uber Moto no município de São Paulo, "enquanto aguarda a análise do tema pelas instâncias competentes".

"A decisão atual abre caminho para que demais empresas continuem operando com serviços clandestinos e sem as camadas de segurança oferecidas pela Uber", informou a empresa.

A plataforma de serviço de mototáxi lembra que já obteve mais de 20 decisões judiciais favoráveis relacionadas ao modal pelo Brasil, "reconhecendo a legalidade da atividade e o entendimento de que os municípios não podem impedir a utilização de motocicletas para o transporte de passageiros".

"A 99 ressalta a urgência do debate sobre a inconstitucionalidade do decreto de proibição que precisa ser definitivamente decidido pelo Tribunal de Justiça e segue adotando todas as medidas legais para assegurar os direitos da empresa, de seus usuários e motociclistas parceiros em São Paulo, mantendo o

ACIDENTE E MORTE

A decisão da Justiça aconteceu dois dias depois do registro do acidente entre um mototáxi da 99 e um carro, também de apli-

cativo, no sábado à noite em São Paulo. O acidente resultou na morte da jovem Larissa Barros Máximo Torres, de 23 anos, passageira do mototáxi.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, Larissa teria sido atingida pela porta de um carro, que foi aberta por um dos ocupantes do veículo. O mototáxi e a jovem vinham pela faixa das motocicletas e, com o choque, foram arremessados para a pista e a passageira da moto foi atropelada por um outro veículo na via.

A vítima e o mototaxista foram levados para o Hospital da Santa Casa de São Paulo, onde foi confirmado o óbito da passageira. O caso foi registrado como homicídio culposo no Segundo Distrito Policial da cidade, no Bom Retiro, que vai apurar o caso.

Sobre o acidente, em nota, a 99 lamentou a morte da passageira:

"A empresa se solidariza com os familiares e esclarece que está acompanhando de perto o caso e já está oferecendo suporte integral aos envolvidos - como

cobertura pelo seguro, apoio psicológico e auxílio funeral. Além disso, a 99 segue à disposição das autoridades para contribuir com as investigações".

DISPUTA JUDICIAL

A prefeitura e as plataformas de aplicativos travam uma disputa judicial sobre a permissão do serviço na cidade. Enquanto as plataformas recorrem a uma lei federal que autoriza a prestação do serviço do país, a prefeitura contrapõe tal liberação justificando os riscos aos usuários.

A prefeitura de São Paulo, em nota, ressaltou novamente os riscos do transporte de passageiros em motos por aplicativo.

"Somente em 2024, a cidade gastou cerca de R\$ 35 milhões na linha de cuidado ao trauma com pacientes vítimas de acidentes de moto e foram 4.084 internações hospitalares na rede municipal de saúde em decorrência de motociclistas em acidentes de trânsito. Até março de 2025, são 1.026 internações", diz o comunicado.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 1ª, 2ª, 3ª E 4ª SÉRIES

DA 120ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.

Ficam convocados os titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries da 120ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 18 do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries da 120ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Créditos Imobiliários devidos pela MS Incorporadora S/A" ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 13 de junho de 2025, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular dos CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a não decretação do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das debêntures simples, não conversíveis em ações, em 4 (quatro) séries, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, para colocação privada, da 2ª (segunda) emissão da MS Incorporadora S/A ("Debêntures" e "Companhia", respectivamente) em função da ocorrência de Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da cláusula 10.1.2, subitem (i), do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 4 (Quatro) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, Para Colocação Privada, da MS Incorporadora S/A" ("Escritura de Emissão"), em face do cumprimento intertemporal da obrigação de enviar cópia das demonstrações financeiras auditadas dos Fiaadores Pessoas Jurídicas (conforme definido na Escritura de Emissão), bem como o envio de cópia da declaração de imposto de renda de pessoa física do último exercício social encerrado de cada Fiaador Pessoa Física, conforme previsto na cláusula 8.31.20 da Escritura de Emissão; (ii) Caso aprovado o item (i) acima, aprovar a alteração da cláusula 8.31.20 da Escritura de Emissão, no que couber, para que seja aprovada a concessão de prazo adicional de 15 (quinze) dias, contados da data de conclusão das assinaturas desta ata, para a Devedora realizar a entrega das demonstrações financeiras e dos ICSDs supracitados; à Securitizadora e ao Agente Fiduciário. Ressalta-se que o cálculo dos Covenants Financeiros (conforme definido no Termo de Securitização), apurado pela Devedora, somente será verificado e validado pela Securitizadora após o recebimento e análise das referidas demonstrações financeiras auditadas; (iii) Aprovar a concessão de waiver, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado, conforme previsto na Cláusula 6.1.3, item "vi" das Notas Comerciais, em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária de enviar as demonstrações financeiras auditadas referente ao exercício social de 2024 dentro de, no máximo, 90 dias após o término do exercício social, de acordo com a Cláusula 7.1.1, item "f" subitem "a" (iv) Aprovar a concessão de waiver, a fim de não configurar um Evento Vencimento Antecipado, conforme previsto na Cláusula 6.1.3, das Notas Comerciais, em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária de enviar o ICSD referente ao 4º trimestre de 2024 e o ICSD referente ao 1º trimestre de 2025 até o 15º dia dos meses de abril e maio de 2025 (respectivamente), de acordo com a Cláusula 5.4.1.1, aditada em "Asssembleia Geral De Titulares Dos Certificados De Recebíveis Imobiliários" em 28 de maio de 2024; (v) Aprovar o pagamento da Amortização Extraordinária Obrigatória, referente ao 4º trimestre de 2024 e ao 1º trimestre de 2025 na data de pagamento da Nota Comercial no mês de junho de 2025; (vi) Caso aprovado o item (i) acima, aprovar a concessão de prazo adicional de 15 (quinze) dias, contados da data de conclusão das assinaturas desta ata, para a Devedora realizar a entrega das demonstrações financeiras e dos ICSDs supracitados; à Securitizadora e ao Agente Fiduciário. Ressalta-se que o cálculo dos Covenants Financeiros (conforme definido no Termo de Securitização), apurado pela Devedora, somente será verificado e validado pela Securitizadora após o recebimento e análise das referidas demonstrações financeiras auditadas; (vii) Aprovar autorização para que, no prazo de até 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da data de assinatura da presente ata, a Devedora possa, a seu exclusivo critério, realizar uma amortização extraordinária no montante de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), mediante aporte da Devedora a ser efetuado em até 2 (dois) dias úteis da data pretendida para a amortização. Caso seja efetivada a amortização, a Securitizadora deverá emitir o termo de liberação do imóvel vinculado à matrícula nº 9.770, alienado fiduciariamente em favor da Securitizadora, nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de bem imóvel em Garantia e Outras Avenças ("Alienação Fiduciária"); e (viii) A autorização para que a Securitizadora e o Agente Fiduciário possam praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas na ata. **INSTRUÇÕES GERAIS:** A participação à votação na Assembleia Geral será realizada à distância por videoconferência via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), conforme em vigor. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no correio eletrônico: af.assembleias@oliveiratrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Geral. A Instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRI ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com uma antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou contrato ou estatuto social que comprovem os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Geral por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do Art. 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRI presentes na Assembleia Geral serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Geral, na plataforma Microsoft Teams. Adicionalmente, os Titulares de CRI que pretenderem participar da Assembleia Geral deverão enviar os seguintes documentos até 2 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia Geral: (i) quando pessoa física: documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia dos dados societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRI; e (iii) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral, obedecidas as condições legais. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Geral, o instrumento de mandato pode, a critério do Titular de CRI, ser encaminhado para o correio eletrônico do Agente Fiduciário (af.assembleias@oliveiratrust.com.br) e da Securitizadora (juridico@canalsecuritizadora.com.br). Os termos utilizados neste edital de convocação, iniciados em letras maiúsculas, que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais documentos da operação. São Paulo, 27 de maio de 2025. Atenciosamente, **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, Nathalia Machado Loureiro - Diretora de Securitização

FLORESTAS

PM Ambiental intensifica ações para prevenir incêndios

A Polícia Militar Ambiental iniciou ontem a Operação Huracán, com foco na prevenção de incêndios florestais e no combate a crimes ambientais em todo o território paulista. A ação segue intensificada até 30 de maio e integra o planejamento estratégico do Governo do Estado de São Paulo para o período de estiagem. A operação segue diretrizes do programa São Paulo Sem Fogo, de prevenção e combate a incêndios florestais.

Realizada anualmente, a operação concentra esforços na fiscalização de áreas rurais, canaviais, unidades de conservação e faixas de domínio de rodovias, ferrovias e vicinais, que são locais com alto potencial para focos de incêndio. O objetivo também é coibir a sultura ilegal de balões e garantir o cumprimento das leis ambientais, intensificando medidas de prevenção a queimadas.

"Faz parte da ação verificar, corrigir e mapear áreas de incidência, com a manutenção necessária para impedir que surjam focos de incêndio, o que integra um trabalho preventivo", explica o capitão José Augusto

Bravo, do 5º Batalhão de Polícia Ambiental.

Durante os cinco dias de operação, equipes especializadas da Polícia Ambiental fiscalizarão Planos de Prevenção a Incêndios (PPI), vistoriarão aceiros, pontos de monitoramento e áreas mapeadas como críticas, principais responsáveis pelo alastramento dos incêndios. Também serão diagnosticadas as condições de aceiros em áreas de vegetação nativa, unidades de conservação e reservas legais, além de ser intensificado o combate à fabricação e sultura ilegal de balões, prática proibida pela Lei Federal nº 9.605/98.

A presença antecipada e ostenensiva da PM Ambiental tem como objetivo reforçar a conscientização entre produtores rurais e empresas do setor agroindustrial, promovendo medidas preventivas e valorizando a preservação ambiental.

"É essencial estimular uma conduta proativa por parte dos responsáveis pela atividade canavieira, adotando práticas de prevenção para evitar incêndios em áreas agropastoris, por exemplo. Promover a cons-

cientização sobre a importância da manutenção e limpeza das regiões de plantio é fundamental para evitar queimadas criminosas ou de autoria desconhecida, que podem rapidamente se alastrar", afirma o capitão José Augusto Bravo, que atua há 22 anos na Polícia Militar Ambiental. "A importância da ação é fundamental, não apenas para o meio ambiente, mas também para a sociedade. Proteger a natureza é preservar a vida", completa.

Além disso, a operação tem como base as diretrizes do Sistema Estadual de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais Operação São Paulo Sem Fogo, coordenada pela Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), em parceria com diversos órgãos, como o Departamento de Proteção e Fiscalização Ambiental (DPFA), Cetesb, Fundação Florestal, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil e Polícia Militar.

O nome Huracán faz referência à divindade maia dos ventos e tempestades, simbolizando o caráter intenso e estratégico das ações empreendidas.

BOLSA ESTÁGIO

Empresas têm até sábado para se cadastrar no BEEM

O prazo para cadastro de empresas interessadas em participar do Bolsa Estágio Ensino Médio (BEEM), termina no próximo sábado, dia 31 de maio. Neste primeiro semestre, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc) oferta 10 mil vagas para estudantes da 2ª e 3ª séries do Ensino Médio matriculados no itinerário de formação técnico profissional. O pagamento da bolsa será feito pelo governo paulista por um período de seis meses.

Até a última semana, cerca de 1.500 empresas de todo o estado já haviam assinado a parceria com a Secretaria da Educação. Entre as regras para a assinatura do termo de adesão, as instituições precisam fornecer auxílio transporte aos estudantes e dispor de profissional que atuará como supervisor do estágio,

com formação ou experiência na área de conhecimento do curso técnico da Seduc-SP.

Os estudantes serão admitidos na condição de estagiários, nos moldes da Lei de Estágio Federal nº 11.788/08 (Lei de Estágio). Para isso, deverão cumprir uma jornada entre 12 e 20 horas semanais.

"O programa BEEM foi idealizado, pensado e criado com um grande objetivo de conectar empresas a jovens estudantes prontos para fazer a diferença no mundo do trabalho. Com o BEEM, elas terão acesso aos estudantes dos cursos técnicos oferecidos pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e que chegam nessas empresas preparados não apenas para contribuir com todo o conhecimento que eles adquiriram nas aulas e durante o curso mas também muito

motivados a continuar aprendendo e a crescer junto com essas empresas que lhes derem uma oportunidade", explica Daniel Barros, diretor pedagógico da Secretaria da Educação.

Além do pagamento inicial das bolsas, o governo de São Paulo é responsável pelos custos contra acidentes pessoais dos estudantes. Em parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), a Seduc-SP participa do processo de recrutamento e seleção dos candidatos.

Os valores das bolsas variam de R\$ 422,03 a R\$ 851,46, de acordo com o curso e a carga horária, e são compatíveis com o mercado de trabalho de cada área. Após os primeiros seis meses, os estudantes poderão ter seus contratos de estágio efetivados pelas próprias empresas.

TRAMA CONTRA O STF

Moraes abre inquérito para investigar Eduardo Bolsonaro

RAYSSA MOTTA/AE

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), atendeu ao pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) e autorizou a abertura de um inquérito para investigar o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) pela atuação nos Estados Unidos contra autoridades brasileiras.

A PGR atribuiu ao deputado uma campanha de intimidação e perseguição contra integrantes do Supremo Tribunal Federal, da Procuradoria-Geral da República e da Polícia Federal envolvidos em investigações e processos contra bolsonaristas.

Além da instauração do inquérito, Moraes já autorizou as primeiras medidas da investigação: o monitoramento e a preservação das publicações de Eduardo Bolsonaro nas redes sociais e os depoimentos do deputado e do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Segundo a decisão, eles devem ser ouvidos dentro de dez dias.

A Procuradoria-Geral da República pediu para ouvir o ex-presidente por considerar que ele é "diretamente beneficiado" pela campanha e já declarou "ser o responsável financeiro pela ma-

nutenção do sr. Eduardo Bolsonaro em território americano".

Como Eduardo Bolsonaro está nos Estados Unidos, o ministro autorizou que ele seja notificado por e-mail e responda às perguntas por escrito.

Eduardo Bolsonaro se licenciou do mandato na Câmara e está nos Estados Unidos desde fevereiro. O deputado justificou que decidiu permanecer no país para "focar em buscar as justas punições que Alexandre Moraes e a sua Gestapo da Polícia Federal merecem".

Desde que deixou o Brasil, Eduardo mantém agendas com congressistas republicanos e auxiliares do presidente Donald Trump para tentar emplacar medidas que pressionem o STF no julgamento da trama golpista.

Em ofício enviado ao Supremo Tribunal Federal, o procurador-geral Paulo Gonet afirma que o deputado deve ser investigado por tentar obstruir a ação penal do golpe, em que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) é réu, e o inquérito das fake news.

O procurador-geral afirma que, em uma análise preliminar, a conduta do deputado pode ser enquadrada em três crimes - coação no curso do processo, embaraço à investigação de infração

penal que envolva organização criminosa e abolição violenta do Estado Democrático de Direito.

O documento menciona a atuação de Eduardo Bolsonaro junto ao governo dos Estados Unidos para impor sanções a ministros do STF, delegados da PF e procuradores que atuam em processos e inquéritos contra o ex-presidente e seus aliados, como a cassação de vistos de entrada nos Estados Unidos e o bloqueio de bens e contas em território norte-americano.

"É dado intuir dessas providências, a que o sr. Eduardo Bolsonaro se dedica com denodada diligência, o intuito de impedir, com a ameaça, o funcionamento pleno dos poderes constitucionais do mais alto tribunal do Poder Judiciário, da Polícia Federal e da cúpula do Ministério Público Federal, com isso atentando contra a normalidade do Estado democrático de direito", defende Gonet.

Segundo o procurador-geral, Eduardo Bolsonaro age movido por "motivação retaliatória" e com "manifesto tom intimidatório" para tentar "embarçar o andamento do julgamento técnico" da ação penal do golpe e "perturbar os trabalhos técnicos" da Polícia Federal.

Gonet afirma que a campanha deve ser levada a sério e menciona como exemplo a declaração do secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio, que disse na quarta-feira, 21, que "há grande possibilidade" do ministro Alexandre de Moraes ser alvo de sanções por parte do governo de Donald Trump.

CONSELHO DE ÉTICA

O líder do PT na Câmara dos Deputados, deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), afirmou ontem, que vai entrar com uma representação contra Eduardo no Conselho de Ética da Casa.

"Nós estamos entrando no Conselho de Ética porque ele é deputado licenciado, mas ainda é deputado. Um fato como esse não pode passar sem que o Conselho de Ética se pronuncie", disse.

De acordo com Farias, o deputado licenciado "está querendo coagir ministros do Supremo Tribunal Federal" e "articula com autoridades estrangeiras" contra autoridades brasileiras.

"Ele está mentindo fora do País. Articulando com autoridades estrangeiras sanções contra vários ministros, contra o procurador-geral da República, contra um delegado da Polícia Federal", afirmou.

VERTIGEM

Com crise de labirintite, Lula faz exames em hospital em Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou exames de imagem e de sangue na tarde desta segunda-feira após apresentar um quadro de vertigem, com diagnóstico de labirintite.

Segundo boletim médico divulgado pelo Hospital Sírio-Libanês, de Brasília, todos os resultados dos exames estão dentro da normalidade.

Após os exames, o presidente foi para o Palácio da Alvorada, onde permaneceu em repouso ao longo do dia. Lula é acompanhado pelas equipes médicas lideradas pelo Dr. Roberto Kalil Filho e pela Dra

Ana Helena Germoglio.

Na tarde de ontem, Lula tinha compromissos com os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, e da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck.

Para hoje, está prevista a participação de Lula na comemoração do Dia do Diplomata, no Itamaraty.

Em janeiro deste ano, Lula fez exames de imagem da cabeça, após procedimentos a que foi submetido devido ao acidente doméstico que sofreu em outubro de 2024.

STJ

Ministro manda tirar presa trans de presídio de homens

O ministro do Superior Tribunal de Justiça Reynaldo Soares da Fonseca determinou que uma mulher transgênero seja transferida do presídio masculino para a Penitenciária Feminina do Distrito Federal. Na decisão, o ministro levou em consideração, entre outros fundamentos, a Resolução 348/2020 do Conselho Nacional de Justiça, que assegura à população LGBT+ o direito de ter observada a sua autodeclaração de gênero para definição do local de cumprimento da pena.

As informações foram divulgadas pelo STJ.

A presa chegou a ser transferida para a penitenciária de mulheres por causa de sua identidade de gênero, mas acabou solicitando o retorno para prisão masculina, o que foi deferido judicialmente.

Posteriormente, ela voltou a pedir a remoção para a ala feminina, mas o requerimento foi negado pela Vara de Execuções Penais do DF.

A decisão foi mantida pelo Tribunal de Justiça do Distrito

Federal e dos Territórios. O tribunal considerou incabível o novo pedido em razão da quantidade de vezes que a presa foi transferida entre os presídios masculino e feminino, "o que afetaria a estabilidade e a segurança das unidades prisionais".

O ministro Reynaldo Soares da Fonseca, relator do habeas corpus no STJ, destacou que a Resolução 348/2020 do CNJ estabelece que a decisão sobre o local de cumprimento de pena de pessoa LGBT+ deve considerar a preferência dela sobre o local de custódia.

O relator citou precedentes do STJ (entre eles o HC 894.227) no sentido de que "é ilegal colocar uma presa trans em presídio destinado a homens quando a pessoa tiver manifestado desejo de cumprir a pena em estabelecimento feminino".

Ainda segundo Reynaldo, "o fato de a presa ter sido transferida inicialmente para o presídio feminino e não ter se adaptado não é justificativa válida para negar a solicitação de nova transferência".

TRAMA GOLPISTA

Servidor da Abin diz ao STF que Ramagem tinha sala no Planalto

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O servidor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) Cristian Schneider afirmou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) que o ex-diretor do órgão Alexandre Ramagem tinha uma sala no Palácio do Planalto e despachava diretamente com o ex-presidente Jair Bolsonaro.

O servidor prestou depoimento por videoconferência como testemunha de defesa do ge-

neral de Exército Augusto Heleno, ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) durante o governo Bolsonaro e um dos réus do núcleo 1 da trama golpista. Durante o governo Bolsonaro, a Abin estava subordinada ao GSI.

Durante a oitiva, o servidor confirmou que Ramagem fazia reuniões com o ex-presidente por ser uma indicação de Bolsonaro, e não de Heleno, a quem a Abin estava subordinada.

"O ex-diretor tinha uma sala

no Palácio do Planalto e tinha reuniões com o presidente da República", afirmou.

Perguntado se a situação era comum, o servidor disse que considera inédito o diretor da Abin ter uma sala no Planalto.

"Na verdade, pela minha experiência, a primeira vez que a Abin teve sala no Palácio do Planalto foi no governo Bolsonaro. Nos governos anteriores, não era a prática", completou.

Além de Bolsonaro, Ramagem é um dos réus da trama gol-

pista. O ex-diretor é acusado de usar a estrutura do órgão para espionar ilegalmente desafetos do ex-presidente.

DEPOIMENTOS

Entre os dias 19 de maio e 2 de junho, serão ouvidas testemunhas indicadas pela acusação e as defesas dos acusados.

Após os depoimentos das testemunhas, Bolsonaro e os demais réus serão convocados para o interrogatório. A data ainda não foi definida.

DEPOIMENTO NO STF

Ex-ministro diz que não ouviu plano de golpe e que consolou Bolsonaro

LEVY TELES/AE

O ex-ministro da Saúde Marcelo Queiroga disse, em depoimento ao Supremo Tribunal Federal (STF) nesta ontem, que consolou o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no dia seguinte à derrota contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2022 e negou ter sido procurado por pessoas do governo para falar de uma tentativa de golpe de Estado.

Nesse encontro, relatou Queiroga, ele lembrou das derrotas de Richard Nixon e Jimmy Carter enquanto presidentes

dos Estados Unidos, e que se mantiveram politicamente relevantes depois.

"Estive com Bolsonaro na segunda-feira logo após as eleições, talvez o último dia que ele foi para o Palácio do Planalto. Naturalmente ele estava muito triste, como estávamos", afirmou Queiroga. "Lembrei ao presidente de exemplo como o presidente Nixon que teve que renunciar a presidência dos Estados Unidos, e Jimmy Carter que não foi eleito e tiveram maior protagonismo político depois."

Queiroga participou da audiência como testemunha do

ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) Augusto Heleno e do ex-ministro Walter Braga Netto no processo em que o ex-presidente Jair Bolsonaro é acusado de tentativa de golpe de Estado.

Nessa audiência, Queiroga defendeu as declarações de Bolsonaro em reunião ministerial de julho de 2022 que veio a público posteriormente. Naquele encontro, o ex-presidente pediu a união da Controladoria-Geral da União, das Forças Armadas e da Polícia Federal para "fiscalizar" as urnas eletrônicas.

"Aquilo ali era uma fala de li-

derança política muito assertiva e afirmativa dentro do padrão que ele fazia em outras ocasiões até mesmo publicamente", afirmou Queiroga.

Heleno, nesse mesmo dia, sugeriu "montar um sistema para acompanhar os dois lados", incluindo Lula. "O problema todo disso é se vazar", afirmou Heleno. "Não tem VAR nas eleições. Não vai ter revisão do VAR. Então, o que tiver que ser feito, tem que ser feito antes das eleições. Se tiver que dar soco na mesa é antes das eleições. Se tiver que virar a mesa é antes das eleições."

ações, a Política Nacional de Humanização do Luto Materno e Parental, entre outras medidas, promoverá o intercâmbio de experiências entre gestores e trabalhadores dos sistemas e serviços de saúde e de assistência social", informou o Planalto.

De acordo com o governo federal, a iniciativa pretende estimular o desenvolvimento de estudos e de pesquisas que busquem aperfeiçoar e disseminar "boas práticas na atenção ao luto pela perda gestacional, pelo óbito fetal e pelo óbito neonatal".

HUMANIZAÇÃO

Política de humanização do luto materno entra em vigor em 90 dias

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

Foi publicada ontem no Diário Oficial da União (DOU) a lei que cria a Política Nacional de Humanização do Luto Materno e Parental, que assegura a humanização nas etapas de atendimento, tratamento e acolhi-

mento a mulheres e familiares que se encontram em situações de perda de um bebê, tanto na fase gestacional como neonatal.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a norma na sexta-feira passada, e com a publicação no DOU, a Lei Nº 15.139 entra em vigor em 90

dias. A expectativa é de que os serviços públicos reduzam os riscos e a vulnerabilidade das mães e outros familiares.

"Tendo como diretrizes a integralidade e equidade no acesso à saúde e no atendimento de políticas públicas e a descentralização da oferta de serviços e de

FAMI PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 42.152.763/0001-06 - NIRE 33300342362
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
São convocados os acionistas da FAMI PARTICIPAÇÕES S.A., com sede na Avenida Atlântica, nº 1130, ENT N. 1, 16º andar, SUP. CL. 80.648, bairro Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.021-000 (a "Companhia"), para a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 02 de Junho de 2025, na sede da Companhia, de forma presencial, às 11h para deliberar sobre (i) as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; (ii) a destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024; e (iii) a fixação da remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício de 2025.
Rio de Janeiro/RJ, 23 de maio de 2025.
Samy Botsman - Presidente do Conselho de Administração.

Tangará Energia S.A.
CNPJ/MF nº 03.573.381/0001-96 - NIRE 33.300.325.131
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária
São convidados os Senhores Acionistas da Tangará Energia S.A. a participarem da Assembleia Geral Extraordinária que se realizará em sua sede social, Na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 4º andar, sala 403, Jacarepaguá, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.775-028 (Referência: entrada pela Av. Antonio Gallotti), às 14:00 horas do dia 30 de maio de 2025, para deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: (i) a redução do capital social da Companhia, no valor de R\$ 11.397.209,59 (onze milhões trezentos e noventa e sete mil duzentos e nove reais e cinquenta e nove centavos), com cancelamento de ações, mantendo-se inalterada a proporção da participação de cada acionista no capital social; (ii) a alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia em razão da deliberação do item "(i)" acima; (iii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir as deliberações tomadas acima; e (iv) autorizar a Diretoria da Companhia para a prática de todos os atos necessários para a implementação das deliberações dos Acionistas; e (v) Instruções e Informações Gerais. Rio de Janeiro, RJ, 22 de maio de 2025.
Carlos Gustavo Nogari Andrioli - Diretor. (23, 24 e 27/05/2025)

GOVERNO FEDERAL
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 1ª DIVISÃO DE EXÉRCITO
MINISTÉRIO DA DEFESA
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
O Comando da 1ª Divisão de Exército (Cmde 1ª DE), UASG 160297, torna público que fará realizar a licitação na modalidade Pregão eletrônico, nº 90004/2024, do maior desconto por item, sob o Nº do Processo: 64277.011971/2024-01, cujo o objeto é a proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para fornecimento de energia - Mercado Livre de Energia. O edital e anexos encontram-se disponíveis no Endereço: Av. Duque de Caxias, 1965, Vila Militar - Rio de Janeiro/RJ, no PNCP ou no site <https://www.gov.br/compras/>, sendo a Abertura das Propostas no dia 06/06/2025 às 8h no site www.gov.br/compras.



CRIMINALIDADE

Roubo de veículos cai 24% em abril no Rio de Janeiro, diz ISP

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

Dados divulgados ontem pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) do Rio de Janeiro mostram que o roubo de veículos caiu 24% em abril, na comparação com o mesmo mês do ano passado.

Foram 1.579 ocorrências no período analisado, 490 a menos que em abril de 2024, quando houve 2.069 registros. Com esses dados, o quarto mês do ano apresentou o menor número de roubos para o mês desde 2011. No acumulado do ano, entre janeiro e abril, houve 8.160 registros de roubo de veículos, contra 8.361 no mesmo período de 2024, uma redução de 2%.

“Esse resultado é fruto das ações que as forças de segurança vêm realizando em todo o estado. Os indicadores estratégicos estão melhorando, mas vamos atrás de resultados ainda melhores”, afirmou o governador Cláudio Castro.

Outros crimes também caíram no mês de abril: foram 205 vítimas de homicídio doloso, 23 casos a menos (10%) que em abril de 2024, que registrou 228 mortes. De janeiro a abril, agentes de segurança

retiraram das ruas 2.185 armas, alta de 7,3% em relação ao mesmo período de 2024, equivalente a uma média de 18 por dia.

As apreensões de fuzis também cresceram em abril: foram 263 no período analisado em 2025, aumento de 10% em comparação com os 239 registrados no ano passado. Houve ainda crescimento nas apreensões de drogas, que somaram 8.242 ocorrências — aumento de 6% em relação a 2024, com média de quase 69 por dia. As prisões em flagrante subiram 2%, com 14.344 ocorrências no período, o equivalente a uma média diária de 119 registros.

Para a diretora-presidente do ISP, Marcela Ortiz, a redução no roubo de veículos e o aumento nas apreensões de armas, fuzis, drogas e prisões em flagrante demonstra o compromisso das instituições com o enfrentamento qualificado da criminalidade.

“Esses resultados positivos, aliados à queda nos índices de crimes violentos como homicídios dolosos, reforçam a importância do monitoramento constante dos dados”, disse Marcela.

APREENSÃO DE FUZIS

PMs do Bope receberão bônus de R\$ 5 mil

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

Um grupo de 26 policiais do Batalhão de Operações Especiais (Bope), a tropa de elite da Polícia Militar do Rio de Janeiro, vai receber, em salário de maio, a ser pago em junho, a bonificação que dada a agentes civis e militares responsáveis pela apreensão de fuzis quando estiverem em serviço ou durante a folga remunerada.

O decreto do governador Cláudio Castro instituiu o pagamento do bônus de R\$ 5 mil por fuzil do crime organizado retirado de circulação. O valor deverá ser dividido pela equipe, caso a apreensão tenha sido feita por mais de um agente.

“Criei esse bônus não apenas como uma forma de estímulo aos policiais, mas também como uma ação estratégica

dentro do plano de redução da letalidade policial. No ano passado, as forças estaduais de segurança apreenderam 732 fuzis; este ano, somente a Polícia Militar já apreendeu 264”, disse o governador Cláudio Castro.

Castro destacou também a necessidade de mudanças na legislação, com a aplicação de penas mais duras para criminosos pegos portando fuzis, que são armas consideradas de guerra.

Da apreensão até o pagamento do bônus, há uma série de protocolos determinados pelo decreto a serem seguidos, como por exemplo, o laudo pericial da arma, feito pelo Departamento Geral de Polícia Técnico-Científica da Polícia Civil, que deve ser juntado ao procedimento policial que originou a apreensão do fuzil.

ELEIÇÕES 2026

Castro pode renunciar e se candidatar ao Senado

GEOVANI BUCCI/AE

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), afirmou que tomará decisão sobre a renúncia do cargo entre fevereiro e março do ano que vem para poder disputar uma cadeira no Senado, que segundo ele é uma “possibilidade real”. “A decisão será tomada com base em pesquisas e no cenário do ano que vem. Obviamente, não vou abandonar a gestão se não estivermos bem posicionados”, disse em conversa com jornalistas durante o seminário Rio Summit do Grupo Lide em São Paulo, nesta segunda-feira.

Com a indicação de seu vice-governador, Thiago Pamplona (MDB), - com quem já teve ruzgas públicas no passado - ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), o Executivo fluminense passaria a ser comandado pelo presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), Rodrigo Bacellar (União Brasil), aliado do ex-

presidente Jair Bolsonaro (PL).

Durante a coletiva, o governador disse que os motivos para indicação foram sobre a necessidade de um “político” no tribunal.

“Thiago já estava no meu radar há algum tempo. Foi deputado estadual por três mandatos, secretário de Estado três vezes, vice-governador. Diferente de outros estados, onde se indicou esposa, filho, familiares, nós indicamos alguém com trajetória política, com experiência de gestão”, continuou Castro. “A Constituição define a composição dos Tribunais de Contas: quatro indicados pelo Parlamento, três pelo Executivo, sendo dois deles técnicos - um da Procuradoria e outro do corpo de auditores. O TCE-RJ é o único do país com cinco técnicos e apenas um político. Está desbalanceado.”

O governador fluminense também afirmou que colocar “alguém com vivência na gestão” ajuda a evitar que o tribunal se torne uma “corte punitivista”.

CÚPULA DE MADRI

Brasil integra coalizão para discutir ‘Estado Palestino’

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

O governo brasileiro participou de encontro com 19 países, no domingo passado, em Madri, na Espanha, onde foram discutidas medidas para ajudar a Faixa de Gaza, e pressionar Israel para que suspenda a guerra, incluindo a possibilidade de sanções. As discussões priorizaram ainda ações para viabilizar a chamada solução de dois Estados, um palestino e outro israelense, apesar de Israel rejeitar a criação do Estado palestino.

Organizado pelo governo da Espanha, reuniu chanceleres de 20 países, incluindo Alemanha, Portugal, Reino Unido, Irlanda, Turquia, Itália, Egito, Jordânia, Arábia Saudita, Catar, Bahrein e Marrocos.

O Brasil foi representado pelo ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, que criticou a inação da comunidade internacional diante do massacre da população civil em Gaza.

“Ninguém poderá alegar desconhecimento sobre as atrocidades em curso, transmitidas diariamente ao vivo pelos meios de comunicação. Nenhum interesse nacional, nenhuma consideração de política doméstica justificam o silêncio diante de crimes que erodem os alicerces do ordenamento jurídico internacional”, afirmou Vieira na reunião em Madri.

O Itamaraty explicou que o encontro busca ainda a preparação para a Conferência sobre a questão Palestina prevista para os dias 17 a 20 de junho, em Nova York. O Brasil vai coordenar um dos grupos de trabalho da cúpula da ONU sobre a Palestina.

Israel tem rejeitado, sistematicamente, a possibilidade da construção do Estado palestino. Em julho de 2024, o parla-

mento israelense aprovou resolução contra o Estado palestino argumentando que isso representaria “um perigo existencial para o Estado de Israel e seus cidadãos”.

O professor de relações internacionais da Universidade Federal do ABC paulista (UFABC), Mohammed Nadir, avaliou, em entrevista à Agência Brasil, que o encontro foi ousado e corajoso e representa uma mudança nas relações de países da União Europeia (UE) com Israel.

“Quebra aquela relação de vassalagem cega da União Europeia para com Israel. Mas tenho sérias dúvidas se isso pode se concretizar, porque muitos países vão continuar fornecendo armas a Israel de forma pública ou secreta. Israel tem um lobby forte na Europa e no mundo, sobretudo, nos Estados Unidos”, comentou.

CONTRA ISRAEL

O chanceler espanhol, José Manuel Albares, destacou que a Espanha defende a suspensão do acordo da União Europeia (UE) com Israel, além de um embargo de armas para impedir a venda de armamentos a Tel-Aviv e sanções individuais contra aqueles que impedem a construção do Estado palestino.

“Gaza é uma ferida aberta na humanidade. Não há palavras para descrever o que está acontecendo agora em Gaza, mas a ausência de palavras não significa que devamos permanecer em silêncio. O silêncio neste momento é cúmplice”, disse no encontro.

A ofensiva de Israel em Gaza tem sido considerada um genocídio por diversos países, organizações de direitos humanos e especialistas. O governo de Tel-Aviv nega e diz que busca destruir o Hamas e recuperar os reféns fei-

tos em 7 de outubro de 2023.

O chanceler espanhol defendeu que não pode haver venda de armas a Israel. “E devemos rever a lista nacional de sanções individuais que cada um de nós tem, e que a União Europeia também te, para garantir que não permitamos que aqueles que não querem a solução de dois Estados tenham sucesso e tornem um Estado palestino inviável na prática”, afirmou José Manuel Albares.

Entre 2019 e 2023, os EUA foram responsáveis por 69% das armas importadas por Israel, a Alemanha foi responsável por 30% e Itália 0,9%, sendo os três principais fornecedores de armas para Tel-Aviv, segundo estudo do Instituto Internacional de Pesquisa de Paz de Estocolmo (Sipri).

“Os EUA intensificaram rapidamente a ajuda militar emergencial a Israel após 7 de outubro de 2023. Até 10 de outubro, os EUA teriam transferido mil bombas guiadas GBU-39 para aeronaves, uma entrega acelerada sob um contrato previamente assinado. Desde então, também aceleraram a entrega de armas importantes sob contratos anteriores e enviaram ajuda militar emergencial adicional”, diz o Instituto.

O professor Mohammed Nadir acrescentou que as medidas discutidas no encontro de Madri não afetam Israel no curto prazo. “Israel é um produto colonial do ocidente que ele não pode sacrificar”, disse.

Na última semana, uma pequena quantidade de suprimentos foi permitida entrar no enclave após mais de dois meses e meio de bloqueio completo. Porém, a quantidade é muito inferior à necessária. Israel teria permitido a entrada de apenas 100 caminhões, sendo que 500

caminhões entravam, por dia, em Gaza antes da guerra.

As Nações Unidas (ONU) alertam que a fome imposta à população pode levar a morte de dezenas de milhares de pessoas em uma população já quase toda deslocada por causa dos bombardeios de Israel.

ENTENDA

Em 1948, com a criação do Estado de Israel, mais de 700 mil palestinos foram expulsos de suas terras. Muitas dessas famílias ou seus descendentes vivem em Gaza ou em assentamentos na Cisjordânia. Ao contrário de Israel, nunca foi criado um Estado palestino, conforme previa resolução da ONU que sugeriu a divisão da Palestina entre dois Estados.

Após várias guerras e diversos levantamentos palestinos contra a ocupação dos seus territórios históricos, foram assinados os Acordos de Oslo, em 1993, que previam a criação do Estado palestino. Porém, os compromissos nunca foram cumpridos. Desde então, a ocupação da Cisjordânia por colonos israelenses só tem aumentando, medida considerada ilegal pelo direito internacional.

Em 7 de outubro de 2023, o grupo Hamas invadiu vilas e comunidades israelenses matando 1,2 mil pessoas e sequestrado outras 220, em uma ação que seria uma resposta ao cerco de 17 anos contra Gaza e contra a ocupação da Palestina.

Desde então, Israel iniciou uma ofensiva sem precedentes contra Gaza devastando a maior parte do território, deslocando a maior parte da população civil e assassinando mais de 53 mil pessoas. Ao mesmo tempo, Israel avança na Cisjordânia tendo já deslocado mais de 40 mil pessoas.

SEGUE O GENOCÍDIO

Ataques israelenses matam mais de 50 pessoas em Gaza

Ao menos 52 pessoas morreram após ataques israelenses na Faixa de Gaza na madrugada desta segunda-feira. Um dos alvos foi uma escola transformada em abrigo; o local foi atingido enquanto as pessoas dormiam. O exército israelense afirmou que membros do grupo terrorista Hamas operavam a partir da escola.

O ataque à escola Fami Aljerjawi feriu ainda outras 55 pes-

soas; 33 morreram no local. Imagens que circulam nas redes sociais mostram socorristas tentando apagar incêndios e recuperando corpos carbonizados. Uma criança foi filmada tentando escapar das chamas.

O exército de Israel declarou que o alvo era um centro de comando e controle de terroristas dentro da escola, utilizado pelo Hamas e pela Jihad Islâmica para coletar informações para ataques.

O país culpa o Hamas pelas mortes de civis, alegando que o grupo opera em áreas residenciais e diz que “foram tomadas várias medidas para mitigar o risco de causar danos à população civil”.

Um outro ataque separado a uma residência matou 19 pessoas de uma mesma família, incluindo cinco mulheres e duas crianças.

Israel retomou sua ofensiva

em março após o fim de um cessar-fogo com o Hamas. O governo israelense prometeu tomar o controle de Gaza e continuar lutando até que o Hamas seja destruído ou desarmado, e até que os 58 reféns restantes - um terço dos quais acredita-se estarem vivos - sejam devolvidos.

Eles foram sequestrados durante o ataque terrorista de 7 de outubro de 2023, que deu início à guerra.

VISITA

Macron assina contratos de US\$ 10 bilhões no Vietnã

PEDRO LIMA/AE

O presidente da França, Emmanuel Macron, assinou ontem, acordos com o Vietnã nas áreas de aviação, defesa e outros setores, totalizando mais de US\$ 10 bilhões, segundo documentos obtidos pela Reuters. A assinatura ocorreu durante sua visita a Hanói, com o objetivo de ampliar a influência francesa em sua antiga colônia.

Macron realiza uma turnê pelo Sudeste Asiático focada no fortalecimento dos laços regionais. O presidente destacou a importância de “uma ordem baseada na lei” em meio a um momento de “grande desequilíbrio e um retorno à retórica de poder e intimidação”. Após o Vietnã, seguirá para Indoné-

sia e Cingapura

A visita ocorre num cenário de tensões comerciais, com os Estados Unidos ameaçando impor tarifas de 50% sobre produtos europeus. Em abril, as importações vietnamitas para os EUA sofreram tarifas de 46%, uma das maiores aplicadas a qualquer país. Durante a estada, Macron assinou mais de uma dezena de acordos em defesa, energia nuclear e comércio, incluindo um contrato entre a companhia aérea vietnamita de baixo custo VietJet e a Airbus para a compra de 20 aeronaves A330-900.

Macron afirmou que a França também apoiará o Vietnã em setores estratégicos, como minerais críticos, trem de alta velocidade, energia nuclear civil e

aeroespacial, com foco em parcerias para auxiliar o país na transição da energia suja a carvão para fontes renováveis e nucleares civis. Esta é a primeira visita do líder francês ao Vietnã desde que assumiu o cargo, em 2017.

Na chegada ao Vietnã, um vídeo mostrou sua esposa, Brigitte Macron, empurrando o marido com as duas mãos no rosto antes do desembarque do avião. As imagens de Macron e Brigitte desembarcando no Vietnã geraram muitos comentários. O presidente explicou aos jornalistas que o casal, que está junto desde 2007, após se conhecerem quando ele era aluno e ela professora no colégio, estava apenas “brincando”.

SUFOCO

Putin restringe serviços da Microsoft e Zoom na Rússia

PEDRO LIMA/AE

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, afirmou ontem que é preciso “sufocar” ferramentas e serviços de empresas que não saíram completamente do país, como aqueles prestados pelo Zoom ou pela Microsoft. Durante reunião com empresários, questionado se seria necessário restringir esses serviços em território russo, Putin concordou.

“Precisamos sufocá-los. Digo isso sem nenhuma vergonha, porque eles estão tentando nos sufocar. Temos que retribuir na mesma moeda. Nós não expulsamos ninguém, não atrapalhamos ninguém”.